

A POTÊNCIA
DAS NOVAS
TERRITORIALIDADES:
UM CASO TEÓRICO-
PRÁTICO DO
MST E MSTC



V SICCAL

[GT3 - FEMINISMO E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS]

Juliana Teixeira de Oliveira

Centro de Estudos Latino-Americanos de Cultura e Comunicação (Celacc-USP), São Paulo, SP

Pedro Henrique de Barros Gabriel Andrade

Centro de Estudos Latino-Americanos de Cultura e Comunicação (Celacc-USP), São Paulo, SP

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo desenvolve um ensaio sobre as práticas de dois movimentos sociais brasileiros: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do Centro (MSTC) a partir dos conceitos dos autores Boaventura Souza-Santos (2011), Milton Santos (2020), Porto-Gonçalves (2001) e Raúl Zibechi (2007a; 2007b). O objetivo é compreender as propostas realizadas por esses movimentos para a criação de novas territorialidades e a utilização da perspectiva do território para resistir ao avanço predatório do neoliberalismo. A partir de depoimentos cedidos por um integrante e um dourando participante do MST, e com conteúdos dos movimentos disponíveis em seus sites oficiais, os conceitos teóricos foram contrapostos às práticas, a fim de entender como estes dialogam e como os movimentos criam novas territorialidades anticapitalistas e anti hegemônicas.

Palavras-chave: Territorialidades. Movimentos sociais. América-Latina. Território. MST. MSTC.

This article develops an essay on the practices of two Brazilian social movements: Movement of Landless Rural Workers (MST) and Movement of Homeless Workers of the Center (MSTC) based on the concepts of authors Boaventura Souza-Santos (2011), Milton Santos (2020), Porto-Gonçalves (2001) and Raúl Zibechi (2007a; 2007b). The objective is to understand the proposals made by these movements for the creation of new territorialities and the use of the territory perspective to resist the predatory advance of neoliberalism. Based on testimonies given by a member and a gilding member of the MST, and with contents of the movements available on their official websites, the theoretical concepts were contrasted with the practices, in order to understand how these dialogue and how the movements create new anti-capitalist and anti hegemonic territorialities.

Keywords: Territorialities. Social movements. Latin America. Territory. MST. MSTC.

Este artículo desarrolla un ensayo sobre las prácticas de dos movimientos sociales brasileños: Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y Movimiento de Trabajadores Sin Hogar del Centro (MSTC) basado en los conceptos de los autores Boaventura Souza-Santos (2011), Milton Santos (2020), Porto-Gonçalves (2001) y Raúl Zibechi (2007a; 2007b). El objetivo es comprender las propuestas de estos movimientos para la creación de nuevas territorialidades y el uso de la perspectiva del territorio para resistir el avance depredador del neoliberalismo. A partir de los testimonios de un miembro y un miembro dorado del MST, y con contenidos de los movimientos disponibles en sus sitios web oficiales, se contrastaron los conceptos teóricos con las prácticas, con el fin de comprender cómo estos diálogos y cómo los movimientos crean nuevos anti -territorialidades capitalistas y antihegemónicas.

Palabras clave: Territorialidades. Movimientos sociales. América Latina. Territorio, MST. MSTC.

Introdução

Novas territorialidades são possíveis em mundo globalizado, estruturado a partir de redes e cooptado pelo sistema material capitalista? Iniciativas como o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), nos mostram que mais do que possíveis, são realidades concretas.

Fundado em 1984, o MST está em 24 estados de todas as cinco regiões do Brasil. Nas palavras do próprio movimento: “democratizar o acesso à terra e produzir alimentos saudáveis é nossa contribuição mais efetiva para a realização de um Projeto Popular para o país” (MST, 2021). Além de realizar um papel fundamental na redistribuição de terras griladas e improdutivas, abraça uma ampla gama de setores de atuação e bandeiras levantadas, como da causa LGBTQIAP+, saúde pública, diversidade étnica, entre outras.

Já o MSTC é um movimento urbano, de luta por habitação que atua especificamente na região central de São Paulo (MSTC, 2021). Com a liderança de Carmen Silva, promoveu, dentre outras, a Ocupação 9 de julho, em 2019, que abrigou mais de 120 famílias em um edifício desativado do INSS.

Para Zibechi (2007b) alguns movimentos da América Latina nos apresentam **formas-outras** de vida; estas, são disruptivas aos formatos hegemônicos de ser-estar no mundo e têm sua existência atrelada à resistência às formas de dominação dos últimos cinco séculos - desde, portanto, a invasão colonial dos Impérios Português e Espanhol em todo o continente. Para o autor, mais do que modificar as formas de

viver, esses processos são responsáveis por alterar suas formas de **ser**. Segundo ele, para além da “essência [as novas territorialidades] são criações e re-criações permanentes” (ZIBECHI, 2007b, p. 89, tradução nossa). Os movimentos citados foram escolhidos por apresentarem propostas de territorialidades e existência alternativas, em diferentes ambientes (rural e urbano).

Este trabalho nasce a partir de um exercício prático produzido em uma disciplina intitulada Cultura Popular Latino Americana, ministrada pela prof^a. Dr^a. Fabiana Amaral e que contempla a estrutura curricular da pós-graduação **lato sensu** em Mídia, Informação e Cultura do Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC), um núcleo de apoio à pesquisa da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Nosso intuito é apresentar práticas incorporadas a partir de dois movimentos sociais brasileiros (MST e MSTC) para o constructo de novas territorialidades possíveis, e entrelaça-las às bibliografias que atravessam o temário. Para a abordagem apresentada no artigo, utilizamos os depoimentos de um participante, Célio Meira, integrante do assentamento M^a Rosa Contestado, e de Rodrigo Silva, Doutorando no PPGMde UFPR e integrante do movimento, concedidos para a elaboração do exercício, enviado via áudio e vídeo (respectivamente).

Para auxiliar na coleta de informações sobre os movimentos, realizamos também uma análise de conteúdo nos canais oficiais dos dois movimentos na internet (**site** e redes sociais). A partir, principalmente, dos

autores Raúl Zibechi (2007a; 2007b), Porto-Gonçalves (2001), Milton Santos (2020) e Boaventura Sousa-Santos (2011), foram analisados os conceitos teóricos necessários para realizar a discussão sobre novas territorialidades, bem como a relação destes com as práticas dos movimentos.

Contexto Histórico

O sistema-mundo dominante, consolidado após a invasão dos territórios das Américas, configurou, modelou e estruturou o pensamento moderno-eurocêntrico. A partir disso, saberes milenares de povos originários foram desconsiderados e uma narrativa de colonização do conhecimento se instaurou. Este se colocou como universal na modernidade e, conseqüentemente, superior aos demais (PORTO-GONÇALVES, 2001). Na tradição europeia, acredita-se que o intelectual deve se afastar da vida cotidiana para chegar na verdade, máxima que anula toda a experiência de povos não-europeus e de outras formas de existência, como veremos ao longo deste trabalho.

Tudo que é considerado mundo moderno é indissociável da colonialidade, pois são das colônias a origem de grande parte da energia, tanto em termos de recursos, quanto de trabalho, do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2001). A colonização, portanto, foi a condição necessária para a implementação do capitalismo.

Mas por que é importante que atravessemos os debates sobre território também

em uma perspectiva epistemológica? Porque entendemos junto a Porto-Gonçalves, que o espaço geográfico e territorial é um conceito-chave para compreensão dos processos que se sucederam no mundo colonial: “a invenção da modernidade é inseparável da colonialidade” (2001, p. 218). E se a episteme se modifica em sua estrutura; modifica-se junto às formas de entender e compreender as territorialidades:

Ora, é preciso considerar que cada sociedade é, antes de tudo, um modo próprio de estar-junto (proxemia) o que implica, sempre, que toda sociedade ao se instituir enquanto tal o faz construindo o seu-espaço não cabendo, pois, uma separação entre o social e o geográfico, separação esta que, num segundo momento lógico, serve para estabelecer uma relação de causalidade seja da sociedade para o espaço (sociologismo), seja do espaço para a sociedade (espacismo, geografismo). O ser social é indissociável do estar (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 229).

Assim como também nos apresenta Sousa Santos (2011), a visão de mundo eurocêntrica representa uma “injustiça cognitiva”. Nasce, então, o que o autor conclama “epistemologias do sul”, essenciais para entender processos de reconfiguração e resistência em novas territorialidades. Essas epistemologias são “novos processos de produção e de valorização de conhecimento [...] a partir de práticas de grupos que sofreram destruição, opressão e discriminação causadas pelo capitalismo e colonialismo” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 16, tradução nossa). Percepção que nos parece frutuosa quando atrelada aos movimentos apresentados neste trabalho, os quais temos intitulado “novas territorialidades”.

Para o autor há três principais premissas desta maneira de *ser-estar* no mundo, mas que também sugerem formas de pensá-lo: 1) a compreensão de mundo é mais ampla que a compreensão ocidental; 2) a diversidade do mundo é infinita; 3) é preciso buscar formas plurais de conhecimento.

Se o processo de colonização já se qualifica como abrupto e predatório - quando desconsidera toda a história dos povos nativos - este sistema torna-se ainda mais feroz com a forma como as sociedades contemporâneas se organizam materialmente. Considerada a dimensão do salto histórico entre os dois momentos, e a permissão em historicizá-los em consonância, após a Guerra Fria e o nascimento-fortalecimento da hegemonia cultural neoliberal, conflagra-se uma maximização de processos perversos já naturalizados em tempos outros: “com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas” (SANTOS, 2020, p. 81).

É importante destacar que no continente americano existem territórios heterogêneos porque, apesar da dominação, os povos seguiram resistindo ao sustentar e criar territórios em que estão os modos de vida não-hegemônicos (ZIBECHI, 2007b). Para as formas-outras/alternativas de existência, a tentativa de sobrevivência é a de se manter contra a alienação do capital simbólico e material, essencial para o usufruto contemporâneo. Enquanto o modelo neoliberal busca a aliança entre o mercado financeiro e as grandes empresas, como bem sabemos; as novas territorialidades buscam, através da “ação concreta familiar-comunitária”

como nos conclama Zibechi (2007b), criar verdadeiros territórios autônomos.

De fato eles conseguem, como nos conta Célio Meira, dirigente estadual pela Brigada Emiliano Zapata. Meira vive no acampamento Maria Rosa do Contestado entre os municípios de Castro e Ponta Grossa (PR): “Nosso movimento vai na contramão do capitalismo, queremos construir um espaço onde todo cidadão seja beneficiário da riqueza que nosso país produz”¹. O dirigente conta que o acampamento em questão, fundado em agosto de 2015, abriga 65 famílias e em consonância com o que nos explica Zibechi (2007b), reitera a oposição ao chamado mercado e agronegócio: “O sistema propõe que não é possível produzir em grande escala se não adotarmos o pacote dele, mas a gente em meio ao agronegócio *fazemos* uma produção alternativa em parceria com a natureza”.

Milton Santos (2020), chama a ação do capital neoliberal de desordeira. Ao contrário dos movimentos contra-hegemônicos, que buscam a horizontalidade e a solidariedade de maneira explícita, essa ação do capital através do sistema material e da falta de regulamentação do Estado tem efeito potencialmente: “desagregador, excludente, fragmentador, sequestrando a autonomia ao resto dos autores” (2020, p. 86). Na contramão, as novas territorialidades, a partir do espaço geográfico: “cria[m] uma solidariedade orgânica” (2020, p. 110),

1 Trechos do depoimento concedido aos autores em maio de 2021, disponível com transcrição na íntegra em: <<https://docs.google.com/document/d/1LOk5n8OiDo-2reAzidacFhuXkKACGKbTRy7fFmR1q8hs/edit>>

vinculada à prática, como na fala de Meira “é no fazer que a gente aprende e melhora”.

Interessante notar que a ação comum percebida adapta-se ao que pode ser chamado de **contrarracionalidade**. Advinda da negação em aceitar uma episteme positivista e hegemônica, onde as “formas de convivência e regulação são criadas a partir do próprio território” (2020, idem), percebe-se isso em retóricas como: “**nosso** projeto deve ter um espaço para morar, se desenvolver e ter segurança”, ou ainda em: “ter clareza e coragem de se posicionar e se colocar em defesa do bem comum e o movimento traz isso pela realidade, pela leitura de mundo, por toda dimensão da luta e da conquista de nosso movimento”.

Ressignificando também as noções de progresso, como nos traça Porto-Gonçalves (2001), enquanto as instituições e Estados nacionais hegemônicos conclamam suas ex-colônias de “nações atrasadas”, há um privilégio do tempo em detrimento do espaço, daí a concepção naturalizada e memética da frase **time is money**; em tradução literal do inglês: tempo é dinheiro.

Desta construção se desenvolve também a fantasia do território como suporte e algo a ser dominado: “como se [o território] fôra uma base da sociedade e, como tal, algo sobre o que a sociedade se ergue que, todavia, não tem maiores implicações sobre o devir” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 229). Para Meira, a longevidade do MST está na dimensão histórica construída, para além das temporalidades hegemônicas: “nunca **se** esquece[mos] do passado, rememora[mos] os acontecimentos do passado para que hoje a gente consiga construir e fincar as bases para um futuro cada vez melhor”.

Sousa Santos (2011), ao apresentar as epistemologias do sul, também considera que a atuação prática desses movimentos se apresentam e se configuram no tempo-espaço, enquanto: “um trabalho teórico-em-pírico sobre o presente, isto é, o presente como um passado incompleto” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 17). Diferente das correntes teóricas eurocêntricas como a Escola de Frankfurt, os Estudos Culturais e a Escola de Chicago, por exemplo, as experiências das Epistemologias do Sul não querem ser uma escola; sua linha de atuação está para além da proposta teórica do universalismo europeu.

Território e Existência

O espaço geográfico e o território são justamente os elementos-chave para a compreensão dos processos que colocaram o mundo colonial em crise. O sistema capitalista e seu modo de produção dependem da dominação da natureza e da extração de seus recursos. Porém, esse estilo de consumo é insustentável para todo o planeta: “um estadunidense médio consome o equivalente a mais de 170 etíopes ou a mais de 50 paquistaneses” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 242). A dominação eurocêntrica é colocada em evidência quando entendeu-se que, se todos os seres humanos consumissem como o estadunidense, não haveria recursos naturais suficientes para suprir este volume.

A eterna dicotomia entre o material versus simbólico não existe nas novas territorialidades. Nesses espaços, como nos

conta Santos (2020): “funcionam, ao mesmo tempo, vários relógios, realizando-se, paralelamente, diversas temporalidades” (SANTOS, 2020, p. 111). Movimentos como o MST e a própria resistência de povos originários agem na contramão dessa lógica, trabalhando de forma harmônica e consciente em seus espaços.

O território não é só uma fonte de recursos, é o espaço onde se desenvolvem identidades que materializam a existência. Porto-Gonçalves aponta que não se separa espaço/território da sociedade e de sua história, pois a “sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material” (2001, p. 229). Os movimentos latino-americanos são territorializados, mas isso não se reduz à propriedade de terra. O espaço em que estão inseridos deixa de ser considerado um meio de produção/recurso e passa a ser uma criação político-cultural (ZIBECHI, 2007a).

Podemos destacar este constructo político-cultural em falas como a de Rodrigo Silva², onde o pesquisador entende que os participantes do movimento: “vem se construindo como pessoa através do espaço de formação do MST [...] sempre problematizamos o trabalho individual pois pensamos no que é melhor para todos: priorizar o grupo”.

As novas territorialidades (re)elaboram, portanto, esses limites e unem a teoria e a prática, como podemos visualizar nas

práticas dos dois movimentos, como espaços de construção coletiva de uma nova organização de sociedade (ZIBECHI, 2007b). Tanto do MSTC, quanto do MST, a existência está diretamente relacionada à ocupação de territórios.

A proposta do primeiro é fornecer moradia digna na zona central da cidade, próxima a seus locais de trabalho. Ao ocupar espaços urbanos centrais, o Movimento Sem-Teto do Centro vai contra o avanço do capital nas cidades, que homogeneiza os centros urbanos ao passo que afasta a população pobre dessas áreas.

Além disso, o movimento promove em suas ocupações o senso de família e comunidade. Com espaços compartilhados de moradia, lazer, educação e alimentação (entre outras atividades), as relações sociais são transformadas e surge um novo território que não segue a lógica hegemônica.

No caso do MST, a proposta é re-distribuir grandes propriedades de terras que estão acumuladas sob posse de uma pequena parcela de empresários do agonegocio. Por meio de propostas de agroecologia, o MST prova que não é necessário esgotar os recursos do planeta para produzir alimento. Rodrigo explicou que, na experiência realizada no território da Cantuquiriguaçu, Paraná, foram criados grupos de referência, que são “conjuntos de famílias de agricultores que possuem amplo conhecimento (teórico e prático) num determinado tema [...] Busca-se que sejam ‘espaços de esperança’ ou ‘faróis agroecológicos’ para seu território”. Estes grupos têm como objetivo espalhar conhecimento de forma comunitária e estimular a produção.

² Trechos do depoimento concedido aos autores em maio de 2021, disponível com transcrição na íntegra em: <<https://docs.google.com/document/d/1LOk5n8OiDo-2reAzidacFhuXkKACGKbTRy7fFmR1q8hs/edit>>

Como resultados desta prática, Silva aponta: o aumento da produção; estímulo do diálogo de saberes e troca de sementes; cooperação entre as famílias dentro de todas as práticas; agroindustrialização (produções descentralizadas e cozinhas comunitárias); valorização das frutas nativas e crioulas, para produção de alimentos saudáveis; e continuidade de processo. Importante destacar que a produção citada não é pensada de forma capitalista, de venda e lucro, mas sim como a produção voltada para a alimentação e também doação. Esta é mais uma demonstração da lógica anticapitalista mencionada por Meira anteriormente.

O movimento realiza articulações com o Estado para criar políticas públicas que ajudem seu objetivo e vêm sofrendo o impacto do desmonte recente destas políticas. Contudo, seu funcionamento nos assentamentos é autônomo e auto gerenciado, com frentes para educação, comunicação, saúde, cultura, gênero, direitos humanos, entre outros.

Com suas próprias escolas, são um exemplo de como a educação é uma atividade política importante para o processo de transformação da sociedade (ZIBECHI, 2007a). Nestas, são passados também os conhecimentos de vivências e produção do próprio movimento. Assim, cria uma relação coletiva de educação em que há, ainda, apoio para mães trabalhadoras e seus filhos.

Em uma de suas falas, Célio Meira resume a proposta do MST:

“Nosso projeto deve ter um espaço para morar, se desenvolver e ter segurança e

que o governo crie as políticas públicas voltadas para agricultura familiar (maquinários de pequeno porte)... A reforma agrária envolve tudo isso: qualidade de vida, alimentação saudável, organizar o tempo... Para que o ser humano e a família **possa** se desenvolver no sentido completo da vida, fazendo o uso desses momentos. O trabalho é importante, mas o lazer e o estudo, também. Na lógica da reforma agrária **tá** tudo isso. Produção alimento saudável, e que não se torne um objeto de exploração, para que possa chegar às mesas de todas as classes, por um preço justo e acessível a todos. Para isso, tem o nosso esforço, mas precisamos de políticas. A sociedade tem pouquíssimo conhecimento do nosso trabalho. Eles têm as informações dos meios de comunicação **tradicional**, uma mensagem negativa do movimento” (Celio Meira, integrante do assentamento do MST).

Os dois movimentos sociais citados caminham, portanto, para o que Zibechi (2007b) aponta como “ilhas anticapitalistas”, que são criadas com autoeducação (o movimento todo é um espaço auto educativo), autoabastecimento e resgate de saberes perdidos para a saúde. Estes exemplos “são a esperança de uma mudança radical anticapitalista, porque ali existem relações sociais que podem ser a base para reconstrução da sociedade” (ZIBECHI, 2007b, p. 148, tradução nossa).

Apesar das articulações necessárias com o Estado, não buscam tomar o poder ou se inserir dentro desse sistema, pelo contrário (ZIBECHI, 2007b). Por isso, mantêm suas existências autônomas em torno de outras lógicas de governo, relações e poder, e acreditam que as mudanças são

feitas transformando as relações sociais, e não assumindo o poder em um sistema que gira em torno do capital. Em seu site, o MST explica que o interesse é em ampliar sua forma de existência e ocupação de territórios, bem como lutar por uma verdadeira mudança social (MST, 2021).

Como reforça Porto-Gonçalves (2001), os movimentos apresentam uma busca de novos regimes de poder por meio da territorialidade:

“Hoje, pelas possibilidades abertas à escala mundial pelas contradições de regimes de poder se apresentam como protagonistas políticos reivindicando, exatamente, a consagração das terras onde constituíram seus territórios de liberdade. Portanto, a questão que se apresenta não é simplesmente a do direito de ir e vir, tão destacado pelo liberalismo mas, também o direito de permanecer. E, mais do que isso, o direito de soberanamente decidirem/pactuarem o permanecer ou o deslocar” (p. 246).

É importante, também, que ao estudar movimentos sociais, bem como os aprendizados que se tiram destes, tenha-se como base as experiências, para que seja possível explorar a complexidade e diversidade dos movimentos. Em vez de focar o olhar e atividade para o Estado, é preciso olhar para dentro da experiências, onde se cria e recria o vínculo social (ZIBECHI, 2007a).

Ao analisar diferentes movimentos latino-americanos que estão promovendo essas outras formas de existência, alternativas ao sistema capitalista, Zibechi (2007b) identificou características em comum que derivam de sua territorialização, uma vez

que a ocupação de espaços físicos é uma conquista derivada da luta de povos marginalizados e excluídos.

Uma das características entre os movimentos é a capacidade de autogoverno/autogestão. Em seus territórios, os movimentos possuem formas próprias de organização, governança e até economia. Nestas organizações, há também: papel destaque das mulheres e constituição de comunidade, horizontais e emancipatórias, inclusivas para todos os membros.

O trabalho também é organizado de outras maneiras (sem foco em produção e excesso) e com uma relação menos agressiva e exploratória com a natureza/uso da terra, como é o exemplo da agroecologia citada por Rodrigo Silva, com produção de alimentos orgânicos, variedade de sementes e uso de espécies crioulas. Consequência do anterior, outro aspecto é a desconstrução de valores de uso, pois não há objetivos de lucro ou acúmulo. Não são regidos, portanto, pela lógica do capital.

Pode-se observar, então, que as características mapeadas por Zibechi (2007b) são visíveis nos dois movimentos, como a autogestão, papel destaque das mulheres, comunidades, entre outros. No MST, apesar de existirem líderes do movimento, não é reproduzida a mesma hierarquia de poderes do Estado. As instâncias de decisão têm sempre dois coordenadores/as, um homem e uma mulher, e as famílias assentadas organizam-se em uma estrutura para tomar decisões coletivamente (MST, 2021). O próprio nome do acampamento do dirigente Célio é uma homenagem a Maria Rosa do Contestado, “que remete à liderança, força e história de luta de uma

jovem adolescente, que viveu e marcou sua valorosa participação na Guerra do Contestado” (TAVARES, 2020).

Com arquitetura hostil, encarecimento de moradia nas regiões centrais e aparato policial, o capitalismo avança e a cidade cada vez mais impede qualquer relação social não mercantil (ZIBECHI, 2007b). Na contramão, os movimentos populares avançam com existências alternativas à homogeneização dos centros urbanos e espaços rurais, com espaços em que a diversidade e formas de vida heterogêneas são bem-vindas: “confiaram nas diferenças para sobreviver, ou seja, nos laços comunitários, na reciprocidade e na solidariedade que caracterizam o modo de vida dos setores populares” (ZIBECHI, 2007b, p. 149).

Ainda que o avanço do neoliberalismo na América Latina queira nos convencer de que não há outro caminho, com sua autonomia, relação harmônica com a natureza e vivências em comunidade, as práticas dos movimentos sociais apresentados estimulam o exercício de pensar outras formas de poder e existência.

Considerações finais

Zibechi (2007b), em sua análise sobre movimentos sociais latino-americanos, questiona: “não é hora de mudar a forma de olhar e concentrar toda a atenção nessas invisibilidades que escapam à conceituação acadêmica, mas estão mostrando seu potencial quando se trata de mudar o mundo?” (p. 109, tradução nossa).

Este artigo teve como objetivo realizar esse exercício. Entendemos que as novas territorialidades representam uma negação da tentativa de imaginar um único futuro dentro do sistema material capitalista. E que atrelar suas respectivas existências às noções acerca do território são seus principais trunfos pois, como afirma Porto-Gonçalves, o espaço geográfico é “o **locus** de coexistência do diverso, natureza e cultura ao mesmo tempo” (2001, p. 233).

Os povos originários seguiram resistindo desde a colonização até hoje, e o MST e o MSTC surgem como mais alternativas ao sistema capitalista. Na contramão de iniciativas que oferecem soluções dentro do próprio sistema em vigor, as formas-outras apresentadas aqui reiteram a necessidade de combater as transformações temporais, sociais e históricas as quais o capitalismo têm permitido a partir de uma hegemonia que atravessa todas as esferas da vida no planeta.

As perspectivas teóricas apresentadas neste artigo por Santos (2020) e Sousa-Santos (2011) nos ajudam tanto a introduzir (e manter) ao pensamento uma postulação crítica em relação ao território e a globalização. Percebe-se também a potencialidade de visualizar o mundo a partir de uma epistemologia que considere os fazeres não-europeus e não esteja alheia nem desvinculada da realidade social de cada povo e seu espaço físico.

A proposta central de Porto-Gonçalves (2001) é de questionar limites, relações com territórios e propor novas geo-grafias (territorialidades). Fazemos aqui então o que propõem os autores mas, principalmente, o que os movimentos nos mostram que é

possível: a partir de suas experiências e múltiplas existências, constroem outros mundos, com relações sociais igualitárias, diversas, em comunidade e em harmonia com a natureza.

Com uma bibliografia atrelada e interconectada aos depoimentos, concedidos por quem vivencia a experiência das novas territorialidades, buscamos, a partir deste artigo, visualizar e desvelar a importância de aliar a teoria à prática, bem como de construir um pensamento que reivindique e conclame a importância e necessidade de conhecer e validar saberes outros. Entendemos, junto a isso, que estes movimentos podem encontrar na academia - enquanto ferramenta social de mudança - (tal qual também são os movimentos, em instâncias distintas) uma contribuição para estruturar um pensamento que deve existir apenas se construído na horizontalidade de pensamento e território; para e com o povo.

Agradecemos o estímulo da Prof^a. Dr^a. Fabiana Amaral para entrarmos no vasto meio das territorialidades latino-americanas e os depoimentos com conhecimento e reflexões muito valiosos de Celio Meira e Rodrigo Silva, que foram essenciais para este artigo. Estimulamos a continuidade desse debate e da busca por alternativas à lógica do capitalismo, utilizando a experiência dos movimentos sociais latino-americanos como inspiração e exemplo para construção de novas territorialidades.■

[JULIANA TEIXEIRA DE OLIVEIRA]

Pós-graduanda em Mídia, Informação e Cultura pelo CELACC-USP. Graduada em Comunicação Social - Hab. Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).
E-mail: teixeiradeoliveira.juliana@gmail.com

[PEDRO HENRIQUE DE BARROS GABRIEL ANDRADE]

Pós-graduando em Mídia, Informação e Cultura pelo CELACC-USP. Jornalista graduado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: pedroandradejornalismo@gmail.com

Referências

MST. **Quem somos**. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 out. 2021.

MSTC. **Somos o MSTC**. Disponível em: <https://www.movimentosentetodocentro.com.br/quem-somos/>. Acesso em 16 out. 2021.

OCUPAÇÃO 9 de Julho - Início. São Paulo: Movimento Sem-Teto do Centro, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=51pzNa_CX70. Acesso em: 16 out. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geografias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. (Orgs.). *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura de: "Introducción: las epistemologías del Sur" in CIDOB (org.), **Formas-Otras. Saber, nombrar, narrar, hacer**. Barcelona: CIDOB Ediciones, p. 9-22, 2011.

TAVARES, Thea. **Defender o Maria Rosa do Contestado é reafirmar nossa humanidade**. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/20/artigo-defender-o-maria-rosa-do-contestado-e-reafirmar-nossa-humanidade/>. Acesso em: 16 out. 2021.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Lima: 2007a.

ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia**: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. 1a ed. - Buenos Aires: Lavaca Editora, 2007b.